

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Julho/2023



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Técnico Judiciário
Escrevente de CartórioNome do Candidato _____
Caderno de Prova 'T', Tipo 001Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-001Nº do Documento _____
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVAConhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A vida apesar de dura é mágica, por isso sempre acredite no inesperado.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C ○ D ○ E ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, notas ou impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Leia a crônica "Encontrei todos bem", do escritor baiano João Ubaldo Ribeiro, para responder às questões de números 1 a 10.

Fui chegando aqui à Bahia, a caminho de Itaparica – onde deverei basicamente pescar, mentir na praça do Mercado e, de quando em vez, escrever uma carta patética a meu abnegado editor, solicitando mais fundos para a realização da minha obra – e fui logo perguntando pelos cachorros. Os cachorros daqui da casa de meu pai, como aliás todos os bichos que aparecem por aqui, são muito interessantes – a começar por Lilico, um animal vagamente fox terrier que namorava escandalosamente com Chiquita, a gata siamesa de meu pai. Uma vez, Lilico e Chiquita – como direi? – se engalinharam amorosamente em plena sala, na frente de uma visita eclesástica, um verdadeiro escândalo. Minha mãe e o monsenhor fingiram que não viram (um ato de heroísmo da parte deles, já que fingir que não estavam notando aquela fuzarca era a mesma coisa que tentar manter uma conversação junto de um trio elétrico), mas meu pai ficou entusiasmado. “Creio que teremos nesta casa uma ninhada de cagatos”, disse-me ele com orgulho. Não houve, infelizmente, frutos desse e de outros acalorados idílios vividos por Chiquita e Lilico, mas por aí vocês já veem como os bichos aqui de casa são interessantes.

Agora temos dois cachorros, Duque e Wolfgang (embora este só atenda por Wolf ou Carrapicho). Duque é um fila da envergadura de um hipopótamo e só um pouquinho mais pesado, cujo principal talento é ser capaz de comer seis pães (seis dessas bisnagas de mais de meio metro) em 15 segundos cravados, coisa que ele faz toda vez que deixam o pão dando sopa, e depois se julga no direito de ser festejado pela habilidade. Wolfgang é um rottweiler alemão, cuja disposição habitual se compara desfavoravelmente com a de um comandante das SS e que não se dá com ninguém. Meu pai explicou que ambos são ótimos indivíduos, “apenas temos de respeitar suas respectivas maneiras de ser”.

– A maneira de ser de Duque – esclareceu ele – é abestalhada. A maneira de ser de Carrapicho, por assim dizer, é de inimigo de toda a Criação em geral. São posições.

Duque e Wolfgang dividem as responsabilidades da guarda da casa. Duque cuida dos fundos, onde de vez em quando derruba um bujão de gás com um encontrão casual. Wolf cuida da frente, parte da casa onde absolutamente ninguém é bem recebido (a não ser os da casa mesmo, mas sem intimidades) depois que ele assume o posto – com rigorosa pontualidade e sempre parado no mesmo lugar, na evidente intenção de comer a primeira coisa que se mexa em sua frente. Fui visitá-los. Duque me cumprimentou com efusão, Wolf se levantou e rosnou, enfiando a cara pelas grades do canil. Com o ar confiante que estudei nos livros sobre treinamento de cães, aproximei-me para fazer amizade, levantei a mão para afagá-lo.

– Use a esquerda – aconselhou meu pai. – Pelo menos assim você ainda vai poder bater à máquina com a direita.

Preferi adiar a experiência, fui passar em revista os outros moradores da casa ali presentes. [...]

Fui lá dentro inspecionar minha vara de pescar, imaginei-me na ilha de Itaparica entre garoupas, guaricemas, vermelhos, pampas e cabeçudos e mentindo estrondosamente sobre “aquele de oito quilos que escapou no último instante”. Suspirei. A vida do escritor é muito dura, mas, pelo menos, felizmente, encontrei todos aqui muito bem.

(Adaptado de: RIBEIRO, João Ubaldo. **Arte e ciência de roubar galinha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998)

1. O cronista dirige-se explicitamente a seus leitores em:

- (A) – Use a esquerda – aconselhou meu pai. – Pelo menos assim você ainda vai poder bater à máquina com a direita (5^a parágrafo).
- (B) “Creio que teremos nesta casa uma ninhada de cagatos”, disse-me ele com orgulho (1^a parágrafo).
- (C) Agora temos dois cachorros, Duque e Wolfgang (embora este só atenda por Wolf ou Carrapicho) (2^o parágrafo).
- (D) Meu pai explicou que ambos são ótimos indivíduos, “apenas temos de respeitar suas respectivas maneiras de ser” (2^o parágrafo).
- (E) Não houve, infelizmente, frutos desse e de outros acalorados idílios vividos por Chiquita e Lilico, mas por aí vocês já veem como os bichos aqui de casa são interessantes (1^a parágrafo).

2. O cronista manifesta embaraço ao expor o seguinte evento:

- (A) Os cachorros daqui da casa de meu pai, como aliás todos os bichos que aparecem por aqui, são muito interessantes (1^a parágrafo).
- (B) Uma vez, Lilico e Chiquita – como direi? – se engalinharam amorosamente em plena sala (1^a parágrafo).
- (C) Duque é um fila da envergadura de um hipopótamo e só um pouquinho mais pesado (2^a parágrafo).
- (D) – A maneira de ser de Duque – esclareceu ele – é abestalhada. (3^a parágrafo).
- (E) Wolf cuida da frente, parte da casa onde absolutamente ninguém é bem recebido (a não ser os da casa mesmo, mas sem intimidades) (4^a parágrafo).



3. De acordo com o *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, os dêiticos são expressões linguísticas que “se referem à situação em que o enunciado é produzido, ao momento da enunciação e aos atores do discurso”. Por exemplo, expressões como “ali”, “agora” ou “amanhã” devem ser interpretadas em função de onde e em que momento se encontra o locutor, quando diz “ali”, “agora” ou “amanhã”.
- Verifica-se a ocorrência de um dêitico que se refere ao lugar da enunciação (ou seja, ao lugar onde se encontra o cronista) no seguinte trecho:
- (A) *estudei nos livros sobre treinamento de cães.*
(B) *escrever uma carta patética a meu abnegado editor.*
(C) *Minha mãe e o monsenhor fingiram que não viram.*
(D) *encontrei todos aqui muito bem.*
(E) *A vida do escritor é muito dura.*
-
4. Com finalidade humorística, o cronista recorre à figura de linguagem denominada hipérbole no trecho:
- (A) *Duque é um fila da envergadura de um hipopótamo e só um pouquinho mais pesado.*
(B) *Os cachorros daqui da casa de meu pai, como aliás todos os bichos que aparecem por aqui, são muito interessantes.*
(C) *escrever uma carta patética a meu abnegado editor, solicitando mais fundos para a realização da minha obra.*
(D) *Wolf se levantou e rosnou, enfiando a cara pelas grades do canil.*
(E) *Com o ar confiante que estudei nos livros sobre treinamento de cães, aproximei-me para fazer amizade, levantei a mão para afagá-lo.*
-
5. – Use a esquerda – *aconselhou meu pai.*
- Ao se transpor o trecho acima para o discurso indireto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:
- (A) usou
(B) usaria
(C) usasse
(D) usava
(E) usara
-
6. *Agora temos dois cachorros, Duque e Wolfgang (embora este só atenda por Wolf ou Carrapicho).*
- No contexto em que se insere, o trecho entre parênteses expressa ideia de
- (A) concessão.
(B) conclusão.
(C) causa.
(D) condição.
(E) consequência.
-
7. Verifica-se o emprego de vírgula para separar elementos de uma enumeração no seguinte trecho:
- (A) *A maneira de ser de Carrapicho, por assim dizer, é de inimigo de toda a Criação em geral.*
(B) *Os cachorros daqui da casa de meu pai, como aliás todos os bichos que aparecem por aqui, são muito interessantes.*
(C) *Não houve, infelizmente, frutos desse e de outros acalorados idílios vividos por Chiquita e Lilico.*
(D) *onde deverei basicamente pescar, mentir na praça do Mercado e, de quando em vez, escrever uma carta patética.*
(E) *Wolf cuida da frente, parte da casa onde absolutamente ninguém é bem recebido.*
-
8. [...] *parte da casa onde absolutamente ninguém é bem recebido (a não ser os da casa mesmo, mas sem intimidades) depois que ele assume o posto.*
- O elemento sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:
- (A) isto é
(B) exceto
(C) inclusive
(D) a propósito
(E) aliás
-
9. A expressão sublinhada em *Preferi adiar a experiência* exerce a mesma função sintática daquela sublinhada em:
- (A) *A vida do escritor é muito dura.*
(B) *Fui chegando aqui à Bahia.*
(C) *Wolfgang é um rottweiler alemão.*
(D) *Duque me cumprimentou com efusão.*
(E) *Agora temos dois cachorros.*
-
10. É invariável quanto a gênero e a número o termo sublinhado em:
- (A) *amorosamente em plena sala.*
(B) *um ato de heroísmo da parte deles.*
(C) *como aliás todos os bichos.*
(D) *meu pai ficou entusiasmado.*
(E) *carta patética a meu abnegado editor.*

**Matemática e Raciocínio Lógico**

11. João e um grupo de 5 amigos foram jantar e a conta, dividida igualmente por todos, saiu a R\$ 85,00 por pessoa. João decidiu fazer uma gentileza e pagar sozinho o vinho; o restante do valor é novamente dividido igualmente por todos. Se o valor pago por João foi R\$ 210,00, então cada um dos 5 amigos de João pagou, em reais, o equivalente a
- (A) 65,00
(B) 60,00
(C) 70,00
(D) 75,00
(E) 55,00

12. Uma lista com seis números naturais foi colocada no quadro a seguir, mas alguns números foram apagados. Sabe-se que o produto dos primeiros três números é 30, o produto do segundo, do terceiro e do quarto número é 90 e o produto dos três últimos números é 270. Sabe-se também que os números apagados são distintos.

3				3	
1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a

A soma dos quatro números apagados é

- (A) 21
(B) 29
(C) 16
(D) 26
(E) 24
13. Em uma urna há 15 cartões numerados de 1 a 15. Carla retira, sem olhar, um cartão por vez, até observar um múltiplo de 3. O maior número de cartões que Carla poderá retirar é
- (A) 11
(B) 6
(C) 9
(D) 3
(E) 8
14. Em uma empresa os funcionários recebem, em média, R\$ 2.500,00. Um bônus será distribuído entre os funcionários, mas não igualmente. Um quarto dos funcionários receberá R\$ 2.000,00 de bônus e os outros receberão R\$ 3.000,00. A média dos recebimentos com os bônus, em reais, subirá para
- (A) 4.825,00
(B) 5.000,00
(C) 4.750,00
(D) 5.125,00
(E) 5.250,00
15. Ana comprou um saco de jabuticabas e deu à Beth três quarto delas. Em seguida, Beth deu à Carla a metade de suas jabuticabas mais 5. Enfim, Carla percebeu que dando algumas jabuticabas para Ana, as três ficariam com a mesma quantidade de jabuticabas. O número de jabuticabas que havia no saco era
- (A) 150
(B) 130
(C) 120
(D) 125
(E) 140

**Legislação**

16. A Lei nº 6.677/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, prevê que a nomeação para provimento de cargo de classe inicial da carreira será em caráter
- (A) vitalício.
 - (B) permanente.
 - (C) temporário.
 - (D) de promoção.
 - (E) de aproveitamento.
-
17. Quanto aos benefícios, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 6.677/1994) estabelece que
- (A) o auxílio-natalidade é devido ao servidor por motivo de nascimento de filho, salvo no caso de natimorto.
 - (B) o salário-família é devido apenas aos servidores ativos.
 - (C) a concessão da licença para tratamento de saúde depende de atestado emitido por médico vinculado à entidade de saúde oficial.
 - (D) o dano sofrido em viagem a serviço da administração, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do servidor, desde que autorizado pela sua chefia imediata, equipara-se a acidente em serviço.
 - (E) o salário-família não será percebido no caso de suspensão do servidor.
-
18. O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, quanto aos cargos de direção, prevê que
- (A) o Presidente, os Vice-Presidentes e os Corregedores são eleitos, entre os Desembargadores mais antigos, por dois anos, vedada a reeleição.
 - (B) quatro Desembargadores integrarão a Mesa Diretora do Tribunal de Justiça, ocupando os cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça.
 - (C) a eleição será realizada em escrutínio aberto para o Presidente, os Vice-Presidentes e os Corregedores.
 - (D) proclamar-se-á eleito o Desembargador que obtiver a maioria absoluta dos votos, procedendo-se a novo escrutínio entre os dois mais votados, se nenhum alcançar aquela votação, inclusive quanto aos cargos de Corregedor.
 - (E) a posse dos eleitos realizar-se-á no primeiro dia útil do mês de fevereiro seguinte, perante o Tribunal Pleno, reunido em sessão ordinária.
-
19. Nos termos previstos no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a competência do Tribunal Pleno para deliberar sobre pedido de informação de Comissão Parlamentar de Inquérito é
- (A) ordinária.
 - (B) extraordinária.
 - (C) privativa.
 - (D) comum.
 - (E) concorrente.
-
20. A Lei nº 10.845/2007 define comarca, quando desdobrada em varas, como unidade de divisão judiciária autônoma, sede de Juízo
- (A) único.
 - (B) seccional.
 - (C) complexo.
 - (D) especializado.
 - (E) múltiplo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Isabel fazia sua caminhada noturna quando, ao passar na frente de uma residência, ouviu um pedido de ajuda de uma criança, gritando que seu avô estava passando mal, desmaiado no chão da sala. Imediatamente, sem esperar qualquer autorização, Isabel adentrou no imóvel para lhe prestar socorro. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Isabel
- (A) poderia ter penetrado no imóvel sem o consentimento do morador em caso de flagrante delito, apenas.
 - (B) poderia ter penetrado no imóvel sem o consentimento do morador para lhe prestar socorro.
 - (C) poderia ter penetrado no imóvel sem o consentimento do morador em caso de desastre, apenas.
 - (D) poderia ter penetrado no imóvel sem o consentimento do morador, durante o dia, por determinação judicial, apenas.
 - (E) não poderia ter penetrado no imóvel sem o consentimento do morador, mesmo que para lhe prestar socorro, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo.
-
22. Fernando é trabalhador rural em uma fazenda de plantação de café. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, são direitos de Fernando: remuneração do serviço extraordinário superior, no
- (A) mínimo, em cinquenta por cento à do normal; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
 - (B) mínimo, em cinquenta por cento à do normal; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, cinquenta por cento a mais do que o salário normal; e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de sessenta dias, nos termos da lei.
 - (C) máximo, em cinquenta por cento à do normal; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, cinquenta por cento a mais do que o salário normal; e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.
 - (D) máximo, em cinquenta por cento à do normal; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
 - (E) mínimo, em cem por cento à do normal; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, cinquenta por cento a mais do que o salário normal; e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
-
23. Javier é brasileiro naturalizado e Antônio é brasileiro nato. Considerando os cargos de Ministro de Estado da Defesa, da carreira diplomática e de Presidente da Câmara dos Deputados, com base somente nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Antônio
- (A) é o único que pode ocupar os cargos da carreira diplomática e de Presidente da Câmara dos Deputados, enquanto Javier pode ocupar apenas o cargo de Ministro de Estado da Defesa.
 - (B) e Javier podem ocupar todos os cargos.
 - (C) pode ocupar todos os cargos, enquanto Javier pode ocupar apenas o cargo da carreira diplomática.
 - (D) pode ocupar todos os cargos, enquanto Javier não pode ocupar nenhum dos três.
 - (E) é o único que pode ocupar os cargos de Ministro de Estado da Defesa e da carreira diplomática, enquanto Javier pode ocupar apenas o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
-
24. Juliana é brasileira naturalizada, advogada e tem 38 anos de idade; Cacilda é brasileira nata, aposentada e tem 73 anos de idade; Mônica é brasileira nata, analfabeta e tem 30 anos de idade; Pietro é italiano, empresário e tem 45 anos de idade; Carlos é brasileiro nato, estudante e tem 17 anos de idade. Todos residem no Brasil. Nas situações descritas, considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, o voto é
- (A) obrigatório para Juliana, Cacilda e Carlos; e facultativo para Mônica e Pietro.
 - (B) obrigatório para Juliana e Cacilda; facultativo para Mônica e Pietro; e Carlos não pode alistar-se como eleitor.
 - (C) obrigatório para Juliana; facultativo para Cacilda, Mônica e Carlos; e Pietro não pode alistar-se como eleitor.
 - (D) facultativo para Juliana, Cacilda e Carlos; e Mônica e Pietro não podem alistar-se como eleitores.
 - (E) facultativo para Juliana e Cacilda; e Mônica, Pietro e Carlos não podem alistar-se como eleitores.
-
25. Suponha-se que, preenchidos todos os requisitos, seja criado um novo partido político chamado "Partido dos Voluntários". Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, o "Partido dos Voluntários" deve, após adquirir personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrar seu estatuto no
- (A) Supremo Tribunal Federal, observando, dentre outros preceitos, a prestação de contas à Justiça Eleitoral.
 - (B) Supremo Tribunal Federal, observando, dentre outros preceitos, a prestação de contas ao Conselho Nacional de Justiça.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça, observando, dentre outros preceitos, a prestação de contas ao Conselho Nacional de Justiça.
 - (D) Tribunal Superior Eleitoral, observando, dentre outros preceitos, a prestação de contas ao Supremo Tribunal Federal.
 - (E) Tribunal Superior Eleitoral, observando, dentre outros preceitos, a prestação de contas à Justiça Eleitoral.



26. Marcos, servidor público titular de cargo efetivo, sofreu um acidente que gerou limitação em sua capacidade física. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Marcos
- (A) poderá ser readaptado, definitivamente, apenas para exercício do cargo que ocupava antes do acidente e somente no caso de suas atribuições e responsabilidades serem compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, mantida a mesma remuneração anteriormente percebida.
 - (B) poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, enquanto permanecer nessa condição, mesmo que não possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, devendo, nessa situação, ser reabilitado para tal exercício, passando a perceber remuneração relativa ao novo cargo.
 - (C) poderá ser readaptado para exercício de outro cargo, mesmo que as atribuições e responsabilidades não sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, enquanto permanecer nessa condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, passando a perceber remuneração relativa ao novo cargo.
 - (D) não poderá ser readaptado para exercício de outro cargo, mesmo que suscetível de readaptação, devendo ser imediatamente aposentado por invalidez, percebendo os proventos proporcionais ao tempo de serviço.
 - (E) poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, enquanto permanecer nessa condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
-
27. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, o Supremo Tribunal Federal possui competência para processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, que poderá ser proposta, dentre outros legitimados,
- (A) pelo Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, devendo o Presidente da República ser previamente ouvido.
 - (B) pela Mesa da Câmara dos Deputados, devendo o Procurador-Geral da República ser previamente ouvido.
 - (C) pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, devendo o Procurador-Geral da República ser previamente ouvido.
 - (D) pelo Conselho Nacional de Justiça, devendo o Presidente da República ser previamente ouvido.
 - (E) pelo Advogado-Geral da União, devendo o Presidente da República ser previamente ouvido.
-
28. Alexandre é advogado e tem 33 anos de idade; Rodrigo é membro do Ministério Público Estadual e tem 37 anos de idade; Rosimeire é juíza de um Tribunal Regional Federal e tem 65 anos de idade. Considerando que todos são brasileiros e têm notável saber jurídico, bem como reputação ilibada, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, preenchidos os demais requisitos, podem compor o Superior Tribunal de Justiça
- (A) Alexandre e Rosimeire, apenas.
 - (B) Alexandre, Rodrigo e Rosimeire.
 - (C) Alexandre, apenas.
 - (D) Rodrigo e Rosimeire, apenas.
 - (E) Rodrigo, apenas.
-
29. A Constituição Federal de 1988, dentre outras hipóteses previstas no próprio texto constitucional, poderá ser emendada por proposta
- (A) do Presidente da República, sendo a proposta discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros, vedada a emenda na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
 - (B) de um terço, no mínimo, dos membros do Congresso Nacional, sendo a proposta discutida e votada em cada uma de suas Casas, em três turnos, considerando-se aprovada se obtiver, nos três, dois quintos dos votos dos respectivos membros, vedada a emenda na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
 - (C) do Presidente da República, sendo a proposta discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros, permitida a emenda na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, desde que autorizado pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (D) do Presidente da República, sendo a proposta discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, considerando-se aprovada se obtiver, nos três, dois quintos dos votos dos respectivos membros, vedada a emenda na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
 - (E) de um terço, no mínimo, dos membros do Congresso Nacional, sendo a proposta discutida e votada em cada uma de suas Casas, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, permitida a emenda na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, desde que autorizado pelo Presidente da República.



30. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios:
- (A) repúdio ao terrorismo e ao racismo, não concessão de asilo político e defesa da paz.
 - (B) defesa da paz, intervenção e igualdade entre os Estados.
 - (C) prevalência dos direitos humanos, concessão de asilo político e independência nacional.
 - (D) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, solução pacífica ou não dos conflitos e repúdio ao terrorismo e ao racismo.
 - (E) prevalência dos direitos humanos, intervenção e igualdade entre os Estados.

Noções de Direito Administrativo

31. Suponha que determinado município tenha celebrado protocolo de intenções com outro ente da federação tendo por objetivo a constituição de consórcio público. De acordo com a disciplina estabelecida na Lei nº 11.107/2005, que rege a matéria, a constituição do consórcio
- (A) condiciona-se à prévia celebração de contrato de gestão entre os consorciados, que devem necessariamente pertencer a diferentes esferas da federação.
 - (B) somente será viável se os demais consorciados situarem-se na mesma região metropolitana ou se tratar de municípios limítrofes.
 - (C) pressupõe a existência de prévia autorização legislativa em âmbito estadual, podendo ostentar natureza pública ou privada.
 - (D) demandará a celebração de contrato de programa entre os consorciados, para divisão das receitas e despesas envolvidas em sua execução.
 - (E) com personalidade de direito público redundará na integração do consórcio à Administração indireta dos entes federados consorciados.
32. A desconcentração administrativa, com a criação de órgãos públicos, mais especificamente para ampliação do número de secretarias de estado,
- (A) insere-se na competência exclusiva do Chefe do Executivo, para disciplinar a matéria mediante decreto.
 - (B) embora não envolva a criação de uma nova pessoa jurídica, constitui matéria de reserva de lei em sentido formal.
 - (C) constitui matéria de organização administrativa, podendo ser manejada por ato infralegal, assim como a descentralização.
 - (D) demanda prévia autorização legislativa, tal como ocorre para a criação de autarquias e empresas públicas.
 - (E) ocorre em caráter normativo suplementar, mediante delegação legislativa para o Chefe do Executivo.
33. Um ato administrativo discricionário que tenha sido contestado judicialmente em razão de não serem verídicos os motivos declinados pela Administração para fundamentar a sua edição
- (A) escapa ao controle de mérito próprio do judiciário, somente podendo ser anulado administrativamente por razões de conveniência e oportunidade.
 - (B) poderá ser revogado judicialmente, se o juízo concluir que não apresenta comprovação de atendimento ao interesse público à luz do exame dos motivos reais para sua edição.
 - (C) não é passível de controle de legalidade no âmbito judicial, este que somente se opera em relação a atos vinculados.
 - (D) é passível de anulação judicial, por vício de motivo, sem que tal medida importe invasão do mérito do ato.
 - (E) ostenta desvio de finalidade, podendo, estritamente sob tal aspecto, ser objeto de revogação em sede judicial.
34. Suponha que determinado particular esteja sendo processado por ter sido beneficiado por ato de improbidade administrativa praticado por agente público já sob a égide das alterações à legislação de regência (Lei nº 8.429/1992), introduzidas pela Lei nº 14.230/2021. De acordo com a referida disciplina legal, constitui matéria válida para descaracterização da conduta do particular como ato de improbidade:
- (A) O fato de não ostentar vínculo funcional com a Administração, pois apenas agentes públicos são atualmente passíveis de sancionamento por ato de improbidade.
 - (B) Ausência de dolo, já que não mais passíveis de capitulação como improbidade condutas meramente culposas.
 - (C) Inimputabilidade, eis que a referida legislação afastou a punibilidade dos atos praticados durante o período de *vacatio legis* (prazo de carência para entrar em vigor).
 - (D) Falta de lesividade, caso o benefício auferido seja considerado de pouca representatividade econômica, ainda que haja dolo.
 - (E) Ausência de condenação administrativa do agente público que praticou o ato, tendo em vista a comunicabilidade de instâncias e prevalência da esfera administrativa.
35. Considere que, em uma licitação na modalidade concorrência, regida pela Lei nº 14.133/2021, o licitante vencedor tenha manifestado arrependimento de sua proposta, furtando-se a assinar o contrato após a adjudicação do objeto e solicitando a convocação do segundo colocado. Diante de tal situação, o vencedor
- (A) não está sujeito a sanção, eis que é prerrogativa do licitante declinar de seu direito subjetivo à contratação.
 - (B) arcará com as sanções legais, podendo a Administração contratar com o segundo colocado, desde que este aceite o valor da proposta vencedora.
 - (C) somente será liberado do pagamento de multa se algum dos demais licitantes, consultados por ordem de classificação, concordar em firmar o contrato nas mesmas condições.
 - (D) apenas não será penalizado se comprovar a ocorrência de variação de custos, independentemente do prazo de validade da proposta.
 - (E) estará sujeito às sanções legais e, caso nenhum dos licitantes aceite contratar pelo valor da proposta vencedora, a Administração poderá convocá-los para negociação com vistas à obtenção de melhor preço, observados o valor estimado e sua eventual atualização.



36. A respeito dos atributos ou características inerentes ao exercício do poder de polícia, tem-se que a discricionariedade
- (A) está presente quando a lei permitir ao agente alguma margem de decisão em sua execução, ou para decidir qual o melhor momento para agir e quais os meios a serem utilizados.
 - (B) é expressamente afastada, em face do princípio da legalidade, eis que todos os atos praticados no exercício do poder de polícia são vinculados.
 - (C) é representada pela possibilidade de definição de medidas de coerção direta ou indireta, cuja escolha fica a critério do agente público ou privado que tenha a prerrogativa do seu exercício.
 - (D) depende da situação fática, somente sendo discricionárias medidas preventivas, que ficam a critério da Administração como titular do interesse a ser preservado.
 - (E) representa a faculdade do particular de não cumprimento espontâneo, eis que não dotado de imperatividade, mas apenas de executoriedade.
-
37. Como entidades integrantes da Administração indireta, as autarquias e empresas públicas
- (A) submetem-se a regime jurídico híbrido, público ou privado, conforme, respectivamente, seu objeto seja a prestação de serviços públicos ou a exploração de atividade econômica.
 - (B) possuem personalidade jurídica de direito privado, demandando autorização legislativa para sua criação e registro dos atos constitutivos de acordo com as regras do Direito Civil.
 - (C) dependem de lei para autorizar sua criação, submetendo-se a empresa pública ao regime de direito público e sendo a autarquia dotada das mesmas prerrogativas do ente instituidor.
 - (D) possuem regime jurídico diverso, sendo a autarquia pessoa jurídica de direito público criada por lei, enquanto a empresa pública é pessoa de direito privado sujeita aos princípios da Administração Pública.
 - (E) são, ambas, pessoas jurídicas de direito público criadas ou instituídas por lei específica que defina seu objeto e atribuições, para atender relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional.
-
38. Considere que, após instaurado procedimento licitatório tendo por objeto a aquisição de equipamentos com o objetivo de gerar economia no consumo de água para prevenir possível crise hídrica, tenha sobrevivido um período de fortes chuvas, tornando não prioritárias as referidas intervenções e passando a ser prioritária a execução de obras de outra natureza, de contenção de enchentes (piscinões). De acordo com a disciplina estabelecida na Lei nº 14.133/2021, já tendo sido concluída a fase de julgamento e habilitação e esgotados os recursos administrativos,
- (A) é possível a revogação da licitação por motivo de conveniência e oportunidade, assegurada a prévia manifestação dos interessados.
 - (B) tendo em vista a preclusão da matéria, o objeto deverá ser adjudicado ao licitante vencedor, que terá direito a indenização caso revogada a licitação.
 - (C) a licitação deverá ser anulada, por fato impeditivo superveniente, descabendo indenização ao licitante vencedor.
 - (D) o objeto da licitação poderá ser modificado para contemplar as necessidades supervenientes da Administração, com aproveitamento do procedimento finalizado.
 - (E) a assinatura do contrato dependerá da concordância do licitante vencedor em incorporar, mediante aditivo de alteração de objeto, as obras adicionais de interesse público.
-
39. Suponha que determinado Secretário de Estado pretenda delegar a seu Chefe de Gabinete algumas das competências que recebeu, por delegação, do Governador do Estado, objetivando com isso facilitar a rotina administrativa da Pasta. De acordo com a disciplina estabelecida na Lei estadual nº 12.209/2011, que trata do processo administrativo no âmbito da Administração pública do Estado da Bahia, tal pretensão afigura-se juridicamente
- (A) inviável, salvo no que concerne a atos normativos que estabeleçam obrigações de caráter geral aos administrados.
 - (B) viável, desde que se restrinja às competências para decidir recursos administrativos em procedimento disciplinar.
 - (C) viável, apenas se autorizada expressamente a subdelegação e manejada na forma e nos limites previstos no ato delegatório.
 - (D) inviável, pois as competências de agentes políticos são indelegáveis, salvo para outros agentes dessa mesma categoria.
 - (E) inviável, pois a delegação pressupõe o mesmo nível hierárquico, sendo vedado delegar competências ou atribuições a subordinados.
-
40. Um agente público que tenha sido condenado por conduta configurada como abuso de autoridade, nos termos da Lei nº 13.869/2019, ficará
- (A) automaticamente inabilitado para o exercício de função pública pelo prazo de 10 anos, admitida a reabilitação, mediante procedimento administrativo, após 5 anos.
 - (B) obrigado a reparar os danos causados pelo crime, em valores a serem liquidados em ação própria, vedado o estabelecimento de montante mínimo na sentença penal.
 - (C) sujeito à perda do cargo, na hipótese de ser reincidente em crime de abuso de autoridade e desde que tal efeito seja atribuído de forma motivada na sentença condenatória.
 - (D) inelegível, pelo dobro do prazo correspondente à pena fixada em condenação transitada em julgado, se prazo maior não estiver previsto na legislação própria.
 - (E) obrigado a participar de programa de reciclagem ou capacitação, adicionalmente ao pagamento de multa, não se sujeitando a pena restritiva de liberdade.



41. O procedimento de manifestação de interesse, na forma disciplinada pela Lei nº 14.133/2021,
- (A) constitui etapa preparatória obrigatória na licitação sob a modalidade diálogo competitivo, antecedente à apresentação das soluções técnicas demandadas.
 - (B) é procedimento auxiliar para adoção da sistemática de credenciamento, no qual são apresentados os documentos comprobatórios da qualificação técnica.
 - (C) integra o procedimento de chamamento público, conferindo ao interessado pré-qualificado o direito subjetivo à contratação ou ao ressarcimento dos custos incorridos.
 - (D) pode ser utilizado em substituição à modalidade licitatória aplicável, quando seja mais vantajoso realizar mais de uma contratação simultânea para o mesmo objeto.
 - (E) é iniciado com a publicação de edital de chamamento público e a aceitação dos produtos ou serviços realizados não implica, por si só, direito a ressarcimento.
-
42. Considere que tenha sido alterada orientação administrativa de caráter geral, aplicada aos administrados para fins de concessão de benefícios. Tal alteração resultou da edição de parecer jurídico que modificou interpretação anterior acerca do cumprimento, *in concreto*, de requisitos fundados em conceitos indeterminados previstos na legislação instituidora dos benefícios em questão. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,
- (A) todos os atos praticados com base na orientação alterada deverão ser objeto de processo de invalidação, assegurado contraditório e ampla defesa dos beneficiários.
 - (B) é vedado declarar a invalidade de atos concessórios anteriores, plenamente constituídos sob a égide da orientação anterior, não obstante a revisão da orientação jurídica correspondente.
 - (C) apenas na hipótese de constatado erro grosseiro da interpretação anterior é que as concessões deverão ser invalidadas, salvo se transcorrido o prazo decadencial de 10 anos.
 - (D) fica a critério da autoridade administrativa, com base na autotutela, anular as concessões anteriores, vedada a repetição de valores recebidos pelos beneficiários.
 - (E) a Administração deverá rever os atos concessórios, para desconstituí-los com efeitos *ex nunc*, salvo comprovada má-fé dos beneficiários a demandar efeitos *ex tunc*.
-
43. Suponha que, no âmbito do controle interno do Poder Executivo, ao realizar auditoria ordinária de determinado órgão, a controladoria tenha identificado fraudes em diversos aditivos contratuais. O auditor responsável levou os fatos ao conhecimento de seu superior, com proposta de comunicação ao Tribunal de Contas, o que restou negado. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988,
- (A) a não comunicação ao Tribunal de Contas redundará na responsabilidade solidária daqueles que tomarem conhecimento da ilegalidade e não a comunicarem à Corte.
 - (B) a posição da chefia está correta, eis que os sistemas de controle interno e externo são autônomos e devem atuar de forma independente.
 - (C) fica a critério do responsável pelo controle interno efetuar ou não a comunicação à Corte de Contas a depender da gravidade da irregularidade.
 - (D) apenas quando houver indícios de improbidade administrativa, afigura-se pertinente a comunicação, que deve se dar, simultaneamente, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público.
 - (E) o simples fato de tomar conhecimento de ilegalidade não conduz à obrigatoriedade de comunicação, que somente será efetuada se houver interesse na atuação conjunta em regime de colaboração para facilitar o exame técnico.
-
44. Considere que o Estado pretenda alienar imóveis que não estejam afetados ao serviço público, objetivando auferir receitas para novos investimentos. De acordo com a disciplina estabelecida na Lei nº 14.133/2021, como regra geral, a alienação de tais imóveis a particulares
- (A) deverá adotar a modalidade concorrência, precedida de avaliação e exigindo-se autorização legislativa para imóveis de valor superior a R\$ 1.430.000,00.
 - (B) não demanda licitação, desde que o preço seja compatível com avaliação de mercado e haja autorização legislativa para venda.
 - (C) demanda licitação na modalidade concorrência, salvo se for remanescente de desapropriação, quando se admite venda direta por investidura.
 - (D) exige prévia avaliação, autorização legislativa e licitação na modalidade leilão, sem prejuízo das hipóteses de dispensa e inexigibilidade legalmente previstas.
 - (E) exige avaliação, autorização legislativa e licitação na modalidade convite, independentemente do valor e forma de aquisição do imóvel.
-
45. Constitui expressão do poder de tutela, próprio do regime jurídico administrativo,
- (A) o poder de rever atos discricionários por critério de conveniência e oportunidade, observado o interesse público.
 - (B) o dever de anular os atos quando eivados de vícios, independentemente de provocação do interessado.
 - (C) o controle finalístico exercido pelo ente instituidor sobre entidades integrantes da Administração indireta.
 - (D) as cláusulas exorbitantes presentes nos contratos administrativos, derogatórias do regime contratual de direito privado.
 - (E) a aplicação de sanções disciplinares a servidores e empregados públicos e àqueles que possuam vínculo com a Administração.

**Noções de Administração Pública**

46. O Ciclo PDCA, como ferramenta utilizada pelas organizações, presta-se a
- (A) apoiar a gestão por processos, evitando erros a partir de ações de planejamento, execução, controle e correção.
 - (B) instrumentalizar gestão por projetos, mapeando os pontos críticos nos respectivos cronogramas de execução.
 - (C) estabelecer as ações de planejamento, diagnóstico, *compliance* e *accountability* na implementação da gestão de contratos.
 - (D) gerir o quadro próprio e terceirizado de pessoal, com programas de desenvolvimento, capacitação e alinhamento aos objetivos institucionais.
 - (E) estabelecer processo de comunicação eficaz, com ações efetivas de oitiva e oferecimento de *feedback* aos envolvidos no processo.
-
47. O modelo de análise comportamental de liderança conhecido como *grid* (ou *grade*) gerencial preconiza que o gestor orienta sua ação com ênfase
- (A) no grau de maturidade da alta liderança, que não pode ser excessivamente coercitiva, pois tal modelo não se adequa a nenhum nível de maturidade dos liderados e gera resistência do grupo para realização das tarefas.
 - (B) na aquisição de conhecimento e habilidades pelos liderados (estrutura de iniciação) e na internalização do conhecimento adquirido (estrutura de consideração).
 - (C) no grau de dificuldade da tarefa e no perfil dos liderados, adotando estilo diretivo quando haja habilidade suficiente dos subordinados para realização dos desafios e tomada de decisões.
 - (D) na produção, preocupando-se com o resultado dos esforços empreendidos pelos subordinados, e nas pessoas, considerando o atendimento às suas expectativas e necessidades.
 - (E) no nível de maturidade dos liderados, que, caso seja excessivamente baixo, demandará a adoção de um estilo de liderança benevolente ou carismática para consecução dos resultados pretendidos.
-
48. Uma organização que ostente estrutura divisional apresenta, como traço diferencial em comparação ao modelo funcional,
- (A) maior grau de flexibilidade, sendo dotada de unidades com duração vinculada ao prazo de execução de projetos.
 - (B) a presença de centros de resultados, dotados de autonomia para apuração de seus lucros ou prejuízos.
 - (C) expressiva concentração gerencial e financeira, com apuração de resultados de forma centralizada e uma para toda a organização.
 - (D) processos de trabalho estruturados sob a ótica contingencial, abolindo a necessidade de departamentalização.
 - (E) o conceito de gestão de riscos, propondo que a organização reserve parcela de seu lucro para períodos de maior restrição econômica.
-
49. A Teoria X, apresentada por McGregor para explicar o fenômeno da motivação, sustenta que
- (A) os fatores motivacionais demandam uma ponderação que varia de acordo com o cenário externo em que se insere a organização, que pode ser mais ou menos desafiador.
 - (B) a motivação para o trabalho é algo natural ou inerente aos indivíduos e pode ser potencializada por incentivos sociais.
 - (C) cada indivíduo possui motivações próprias e específicas para o trabalho, alguns priorizando satisfação pessoal e outros apenas recompensas financeiras.
 - (D) a motivação envolve uma dinâmica de grupo sendo induzida e consolidada a partir do comportamento positivo de um ou mais integrantes.
 - (E) a ausência de predisposição para o trabalho é inerente à natureza humana, razão pela qual os indivíduos precisam ser forçados ou induzidos a realizar suas tarefas.
-
50. Considerando as classificações correntes acerca dos modelos de processo decisório, tem-se que as decisões de natureza consensual
- (A) são aquelas que somente podem ser legitimadas a partir da concordância de todos, ou seja, tomadas por unanimidade em processo de votação ou de coleta de opiniões.
 - (B) demandam a oitiva prévia do grupo para estabelecer pontos de convergência e divergência, os quais, porém, não orientam a decisão, que será aquela mais aderente às boas práticas vigentes na organização.
 - (C) buscam uma posição central que diminua dissidências, a fim de que ao final do processo o grupo esteja confortável com a decisão adotada, diversamente da decisão democrática onde impera o princípio majoritário.
 - (D) resultam de um processo de referendo ou plebiscito em que se expressa a opinião de um determinado grupo, interno ou externo à organização.
 - (E) são aquelas em que uma equipe ou comissão é legitimada para tomar a decisão em nome do grupo, substituindo o tradicional processo de coleta e ponderação de posições potencialmente divergentes.



51. Entre os princípios apresentados por Henri Fayol na abordagem das organizações formais modernas, o da cadeia escalar corresponde
- (A) ao conjunto de *inputs* e *outputs* envolvidos nos processos produtivos da organização para a entrega final dos produtos ou serviços.
 - (B) à cadeia de comando transversal, perpassando os diferentes gestores e os responsáveis pela execução das tarefas.
 - (C) à antítese do princípio da unidade de direção, representando o fluxo horizontal de transmissão das ordens na organização.
 - (D) à linha de autoridade, que parte do topo da organização e desce, sem descontinuidade, até os níveis inferiores que executam a ordem.
 - (E) ao fluxograma de atividades e respectivos responsáveis, segregados por função em departamentos ou setores especializados.
-
52. No que concerne à gestão de pessoas do quadro próprio da organização, o modelo de administração de recursos humanos baseado em segmento de cargos
- (A) leva em conta a escolha de determinado fator estratégico, como, por exemplo, nível de vendas ou volume de produção, cuja variação afeta proporcionalmente a necessidade de pessoal nas unidades da organização.
 - (B) aplica-se em caráter subsidiário, quando os modelos tradicionais de descrição de postos-chave ou procura estimada de cargos não oferecem resultados satisfatórios ou são inconclusivos.
 - (C) é pertinente em cenários de forte mudança organizacional ou em processos disruptivos, propiciando a internalização de funções estratégicas que não necessariamente integrarão a estrutura permanente da organização.
 - (D) é o mais conservador dos modelos, de natureza estática e que se propõe apenas a oferecer o desenho de cargos, ou seja, o conjunto de tarefas a serem desempenhadas por seus ocupantes.
 - (E) contrapõe-se ao modelo contingencial, desconsiderando fatores ou perspectivas futuras como planos de expansão ou outras demandas potenciais por pessoal, trabalhando apenas com histórico de rotatividade de pessoal em cada segmento.
-
53. O escopo da Matriz GUT, frequentemente utilizada na melhoria da gestão de desempenho organizacional, consiste em
- (A) mapear as competências disponíveis na organização, classificando-as como gerenciais, úteis e transversais.
 - (B) propiciar o aprimoramento na gestão de processos e na resolução de problemas, orientando a priorização das ações de acordo com gravidade, urgência e tendência.
 - (C) certificar os processos da organização, a partir das perspectivas da maturidade no gerenciamento, uniformidade e tempestividade.
 - (D) implementar gestão por projetos, aprimorando a governança, a ultratividade em face dos objetivos organizacionais e a tendência de consecução.
 - (E) orientar o planejamento estratégico, identificando as perspectivas de crescimento (*growth*), metas de utilidade (*utility*) e a existência de ameaças (*threats*).
-
54. Suponha que determinada organização adote modelo de gestão por projetos utilizando a metodologia *Program Evaluation and Review Technique*, conhecida como PERT. Nesse contexto, tem-se que a organização
- (A) considera apenas as variáveis exógenas que podem impactar o sucesso dos projetos, estabelecendo medidas de mitigação e gerenciamento de riscos.
 - (B) executa os projetos de forma a diminuir seu prazo de duração, com a eliminação de etapas inseridas no denominado caminho crítico.
 - (C) estabelece a mediana dos tempos de execução de projetos similares executados por outras organizações e orienta-se por esse referencial.
 - (D) guia-se por *benchmark* de mercado, buscando a eliminação de falhas, ainda que com ampliação do prazo de execução dos projetos.
 - (E) calcula o tempo estimado para execução dos projetos com base em uma média ponderada de cenários: pessimista, otimista e provável.
-
55. No processo de planejamento estratégico, a etapa de diagnóstico pode ser facilitada pela utilização de uma matriz SWOT, ferramenta que apresenta
- (A) a visualização das dimensões estratégicas, táticas, técnicas e operacionais do planejamento a ser estabelecido.
 - (B) o mapeamento das ações de curto, médio e longo prazo e o respectivo cronograma de implementação.
 - (C) a fixação de metas globais e indicadores de desempenho individuais, que expressam objetivos claros e mensuráveis.
 - (D) a visualização das ameaças e oportunidades existentes e das forças e fraquezas presentes da organização.
 - (E) a missão e visão da organização, conectadas por guias operacionais que representam vetores de crescimento.



56. Uma das clássicas categorizações apresentadas pela doutrina acerca dos tipos de liderança consiste na classificação de estilo de liderança transacional e transformacional, apontando que
- (A) a liderança transacional é pertinente apenas para organizações com alto grau de maturidade dos liderados, já que pressupõe uma liderança compartilhada.
 - (B) o método transformacional de liderança é baseado em uma atuação carismática e autocentrada do líder, em que não é levado em consideração o papel dos liderados.
 - (C) o líder que atua de forma transacional interage com os liderados em uma relação de troca, em que recompensas decorrem do atingimento de metas ou resultados.
 - (D) a liderança transformacional demanda um processo estruturado de mudança na organização, em que a autoridade do gestor é constantemente desafiada e depende dos resultados obtidos.
 - (E) a forma de atuação do líder transacional é focada na formação e aprimoramento dos liderados, objetivando o desenvolvimento de habilidades comportamentais para formar novas lideranças, não havendo preocupação com resultados no curto prazo.
-
57. Uma avaliação de desempenho na qual se identifique o denominado "efeito halo", nos moldes comumente referidos pela literatura,
- (A) demonstra tendência central do avaliador, que atua com pouco rigor técnico e pontua todos os avaliados de forma similar.
 - (B) é considerada bem sucedida, com a distribuição equilibrada dos avaliados nas faixas de desempenho preestabelecidas.
 - (C) apresenta viés decorrente do apego do avaliador apenas aos comportamentos mais recentes dos avaliados.
 - (D) apresenta desequilíbrio, com um grande número de empregados avaliados de forma satisfatória ou acima das expectativas, indicando possível leniência do avaliador.
 - (E) denota vício decorrente de generalização feita pelo avaliador a partir de algum aspecto específico do desempenho do avaliado.
-
58. A utilização do *Balanced Scorecard* (BSC) como ferramenta de apoio no planejamento estratégico, gestão e avaliação de desempenho nas organizações
- (A) é focada no binômio de perspectivas econômica-financeira e do cliente, o que torna complexa sua aplicação no setor público.
 - (B) inclui a confecção de mapa estratégico, para visualização das relações de causa e efeito entre os objetivos estratégicos, distribuídos entre as perspectivas consideradas pelo BSC.
 - (C) demanda a identificação da missão da organização, ou seja, das suas metas e objetivos perante à sociedade.
 - (D) persegue a lógica do *downsizing*, propondo redução de pessoal, reorganização e simplificação de processos.
 - (E) pode ser adaptada para as peculiaridades de uma organização pública, com a redistribuição dos pesos dos seus indicadores: ambiental, social e de governança.
-
59. A gestão de pessoal com base na metodologia de gestão por competências demanda
- (A) a identificação das habilidades técnicas e comportamentais requeridas para os cargos da organização, o que compõe a etapa inicial de mapeamento de competências.
 - (B) o uso do Diagrama de Ishikawa, utilizado para prospecção de profissionais de excelência que atuam no mesmo setor da organização.
 - (C) identificação dos melhores talentos disponíveis dentro da organização, com a utilização do Diagrama de Pareto.
 - (D) seleção de profissionais para ocuparem postos-chave na organização, utilizando o sistema *Enterprise Resource Planning* (ERP).
 - (E) processo de alocação interna dos colaboradores de acordo com as competências e habilidades identificadas a partir da aplicação do método Kaizen.
-
60. Em uma organização estruturada de acordo com o modelo burocrático predicado por Max Weber, a meritocracia
- (A) é suplantada pela hierarquia, que confere aos superiores poderes arbitrários, em detrimento do prestígio à profissionalização.
 - (B) não é valorizada, eis que não há separação entre a propriedade e a Administração.
 - (C) é um conceito central, havendo valorização da competência técnica dos empregados.
 - (D) fica prejudicada pela ausência de uma estrutura organizacional bem definida, sem segregação de funções e níveis hierárquicos.
 - (E) é posta de lado por práticas como nepotismo, clientelismo e favorecimento pessoal que são inerentes ao modelo.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9 do Edital. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 4 (quatro) pontos**: a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.1.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.2 **Estrutura – até 3 (três) pontos**: a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.3 **Expressão – até 3 (três) pontos**: A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo/Área/Especialidade; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 do Edital; c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiverem em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na **Prova Discursiva-Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites **mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez), considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 6,00 (seis)**.

Atente para o texto que segue:

Numa entrevista concedida já há cinquenta anos, o compositor Dorival Caymmi explicitou uma *distinção* que considerou importante: “Não sou *cortejador de massas*, mas *adoro a opinião do povo*. Faço canções especificamente para que o povo goste e respeite.”

Redija um texto dissertativo-argumentativo, no qual você exponha com clareza a distinção estabelecida por Caymmi nesse trecho da entrevista e considere se essa distinção faz sentido para você.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	



21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO